

informação

assembleia municipal almada

abril
2018 #10



ATIVIDADE EM PLENÁRIO

Para efeitos de conhecimento e acompanhamento da atividade da Assembleia Municipal em Plenário, informa-se que se realizou nos passados dias 8 e 9 de fevereiro uma sessão plenária extraordinária e a sessão plenária referente ao mês de fevereiro de 2018 nos dias 27 e 28, em que além do período de intervenção dos cidadãos e do debate de apreciação da informação da Presidente da Câmara Municipal sobre a atividade municipal, foram aprovadas por iniciativa própria ou por proposta da Câmara Municipal, as seguintes deliberações:

DELIBERAÇÕES

- 01 – Voto de Pesar pelo falecimento do Dr. Luís Ferreira Marquês
- 02 – Voto de Pesar pela morte de Edmundo Pedro
- 03 – Voto de Pesar pelo falecimento de Alexandre Castanheira
- 04 – Voto de Pesar pelo falecimento do Marinheiro Bruno
- 05 – Voto de Pesar pelo falecimento de Fernando Proença de Almeida
- 06 – Voto de Pesar pelo falecimento do Eng.º Miguel Roquette
- 07 – Moção/Deliberação sobre Conselho Municipal da Juventude
- 08 – Moção/Deliberação sobre Informatização arquivística da parte histórica do arquivo das coletividades centenárias do concelho de Almada
- 09 – Moção/Deliberação Sim à Paz, não às armas nucleares
- 10 – Moção/Recomendação sobre Não exclusão de pessoas surdas da vida democrática dos órgãos autárquicos
- 11 – Moção/Recomendação Pela redução do uso da água engarrafada
- 12 – Voto de Saudação Ao governo pela disponibilização de verbas para a construção do Hospital do Seixal
- 13 – Moção/Deliberação de Condenação da poluição do Rio Tejo
- 14 – Moção/Deliberação sobre Defesa das condições ambientais relativas ao funcionamento da fábrica de óleos da Sovena em Palença de Baixo/pragal
- 15 – Moção/Deliberação Em defesa do ativista Arlindo Consolado Marques
- 16 – Moção/Saudação ao 8 de Março – Dia Internacional da Mulher
- 17 – Moção/Deliberação A Hora do Planeta 2018
- 18 – Moção/Saudação ao Dia Internacional da Mulher
- 19 – Moção/Deliberação No 30º Aniversário da aquisição da Casa da Cerca – Centro de Arte Contemporânea
- 20 – Moção/Recomendação Pela utilização de papel reciclado
- 21 – Moção/Recomendação Almada não apoia Circos com animais
- 22 – Moção/Deliberação Plano Municipal de Combate ao Desperdício Alimentar
- 23 – Moção/Saudação pela regularização dos vínculos precários
- 24 – Grandes Opções do Plano, Orçamentos e Mapas de Pessoal do Município e dos SMAS
 - 24.1 - Opções do Plano e Orçamento do Município para 2018
 - 24.2 - Mapa de Pessoal do Município para 2018
 - 24.3 - Opções do Plano e Orçamento dos SMAS para 2018
 - 24.4 – Mapa de Pessoal dos SMAS para 2018
- 25 – Regimento da Assembleia Municipal
- 26 – Constituição de Comissões Permanentes da Assembleia Municipal para o mandato de 2017-2021
- 27 – Programa de Regularização Extraordinária dos Vínculos Precários

O texto completo destas deliberações pode ser consultado no site da Assembleia Municipal de Almada, em Editais/Editais 2017-2018 (1º ano)/Editais a partir do 57/XII-1º, assim como nas Atas nºs 06, 07, 08 e 09/XII-1º.



Almada Município Exemplar na Regularização dos Trabalhadores Precários

O Programa de Regularização dos Vínculos Precários na Administração Pública (PREVPAP) é uma iniciativa do Governo do Partido Socialista que visa pôr fim à utilização de trabalhadores precários na Administração Central e Local, incluindo o Setor Empresarial do Estado e Local, fazendo corresponder a cada posto de trabalho em contrato permanente.

A Câmara Municipal desencadeou um levantamento de todas as situações em que existissem trabalhadores precários a ocupar postos de trabalho permanentes, já existentes à data do início de funções do atual executivo liderado pelo PS, tendo sido identificados:

Dez Técnicos Superiores ao abrigo de contratos de prestação de serviços, na modalidade de Avença, a desenvolver atividade nas áreas de Organização de eventos, Direito, Higiene e Segurança Alimentar, Engenharia, Psicologia e Sociologia, Arquitetura e Comunicação Social;

Catorze Assistentes Técnicos, em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto (CTTRI), a desenvolver atividades no âmbito da ação educativa e Gabinete de Ação Social Escolar;

Vinte e seis Assistentes Operacionais, dos quais três ao abrigo de contrato de prestação de serviços, a desenvolverem atividades na área de acompanhamento/programação de espetáculos e eventos ao nível do som, luz e bilheteira; assim como dezoito em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo certo (CTTRC) e cinco (5) em regime de contrato de trabalho a termo resolutivo incerto (CTTRI), a desenvolverem atividades no âmbito da ação educativa.

A proposta de regularização dos vínculos precários foi remetida à Assembleia Municipal para decisão final na Sessão Ordinária de Fevereiro, tendo sido aprovada por unanimidade.

Na ocasião o Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou a Moção que se segue, também ela aprovada por unanimidade.

Moção

A aprovação pela Assembleia da República da Lei n.º 112/2017, de 29 de dezembro, veio criar as condições necessárias à concretização do programa de regularização extraordinária dos vínculos precários da Administração Pública (PREVPAP), permitindo solucionar situações irregulares e de grande instabilidade para um universo considerável de trabalhadores, que exercem funções correspondentes a necessidades permanentes das entidades empregadoras, sem que tenham no entanto o vínculo jurídico adequado.

É, por isso, de salientar os esforços encetados pelo atual XXI Governo Constitucional, no sentido da consolidação da estratégia de combate à precariedade, proporcionando uma rápida resposta às preocupações destes trabalhadores, que ao longo dos anos se viram confrontados com situações de precariedade laboral no seio do Estado, o qual deveria e deve primordialmente ser o exemplo.

O PREVPAP veio, assim, permitir a regularização da situação jurídica dos trabalhadores com falsas prestações de serviços ou com falsos contratos a termo, abrangendo também aqueles que desempenham funções nas autarquias locais e no setor empresarial local.

Neste âmbito, é por isso de congratular o atual executivo camarário pelo imediato e eficaz levantamento dos trabalhadores sem vínculo jurídico adequado nos serviços municipais de Almada, reconhecendo que as situações identificadas correspondem a reais necessidades permanentes do Município e promovendo a integração dos trabalhadores no mapa de pessoal, através da constituição de vínculos de emprego público, por recurso a contratos de trabalho em funções públicas por tempo indeterminado.

Assim, a Assembleia Municipal de Almada, reunida em plenário no dia 27 de fevereiro de 2018, delibera:

1. Reconhecer a importância da regularização dos vínculos precários dos trabalhadores que desempenham funções correspondentes a necessidades permanentes na Administração Pública;
2. Saudar o atual executivo camarário pelo imediato e eficaz reconhecimento das situações de precariedade e integração dos trabalhadores no mapa de pessoal do Município de Almada.

De assinalar que todo o processo foi desenvolvido de forma célere e em diálogo com as Organizações Representativas dos Trabalhadores do Município, sendo Almada um dos primeiros municípios a concluir este programa.

Grupo Municipal do **Partido Socialista (PS)**

e-mail: c-almada@ps.pt

www.assembleialmada.org
geral.assembleia@cma.m-almada.pt



Assembleia Municipal de Almada

Av. Bento Gonçalves, 20 Int. Esq.º
Cova da Piedade
2805-101 Almada

Tel.: 21 272 4014
21 274 8768
Fax: 21 276 62 63

e-mail: geral.assembleia@cma.m-almada.pt

Horário: 9H15 – 12H30 | 14H00 – 17H30

No período a que respeita esta edição do Boletim Municipal, o facto mais relevante na vida do Município foi a discussão e votação das Opções do Plano e Orçamento para 2018. A CDU regista e leva ao conhecimento de todos os Almadenses, as razões principais pelas quais rejeitou os documentos propostos pela maioria PS/PSD.

Há muito que todos percebemos que a discussão do Plano e Orçamento para 2018 foi pelo actual executivo municipal secundarizada, através de uma campanha orquestrada contra a CDU, que nos últimos 41 anos governou reconhecidamente bem Almada.

Atacando quem os precedeu procuram baixar a fasquia da exigência, para assim mais facilmente na hora de serem julgados a poderem superar.

O executivo PS/PSD e em particular a Presidente da Câmara, potenciando a boa relação e o poder que tem na comunicação social, recorrem à velha técnica da insinuação e da inverdade.

A melhor forma de analisarmos a situação do município de Almada, é para um conjunto de anos razoável - o último ano do mandato 2010/2013 e os anos para que há informação do actual mandato (2014/2016) -, fazer a sua comparação num conjunto de indicadores com municípios de dimensão idêntica no nosso país.

Almada é dos concelhos com maior independência financeira (rácio receitas próprias/receitas totais), 76,2% em 2016, apenas superado entre os grandes municípios por Lisboa, Cascais, Porto, Oeiras e Maia.

Almada é dos concelhos com mais baixo nível de endividamento e mesmo assim e ao contrário de outros reduziu em pelo menos 5.4 milhões de euros esse endividamento nos últimos quatro anos. A dívida atingia em 2016 apenas 25,5% do limite legal. Em contraponto nestes grandes municípios, Lisboa tem um nível de endividamento (624 milhões de euros) que atinge 82% do seu limite e Vila Nova de Gaia fura o tecto do limite legal de endividamento com 109,7%.

Almada é dos municípios com mais baixo prazo de pagamento aos seus fornecedores, e esta é sem dúvida uma das formas mais eficazes de apoiar a economia local. Em 2015, o prazo médio de pagamento do município aos seus fornecedores era de 15 dias e em 2016 baixou para 12 dias. Outros municípios entre este grupo de grandes municípios têm ainda prazos de pagamento a fornecedores mais baixos, só que para isso tiveram que recorrer ao Programa de Regularização Extraordinário de Dívidas ao Estado. É o caso de Lisboa que teve de recorrer a um empréstimo de 112 milhões de euros, Sintra que recorreu a um empréstimo de 9,7 milhões, a Maia que recorreu a um empréstimo de 12,5 milhões, Vila Nova Gaia de 10 milhões e Braga de 4,1 milhões de euros. Outros municípios como Cascais pagam a 55 dias, Oeiras a 31 dias, Vila Nova de Gaia a 51 dias e Coimbra a 32 dias. O prazo médio de pagamento a nível nacional era em 2016 de 47 dias.

O peso das despesas correntes nas despesas totais no nosso município não tem nada de excepcional – nos últimos quatro anos foi de 75,7% em média – quando no conjunto destes 14 municípios foi de 73%. Na Amadora foi de 84,2%, em Cascais foi de 81,3%, em Sintra foi de 78,2% e em Coimbra de 76,3%. Nestes 14 municípios a média nestes quatro anos foi de 73% e o peso médio nacional das despesas correntes foi de 70%. Colocar o peso destas despesas em Almada, como uma das condicionantes do Orçamento para 2018, como faz este executivo é não perceber nada do que se está a fazer.

O peso das aquisições de bens e serviços no total das despesas não tem nada de excessivo – nos últimos quatro anos foi de 28,7% em média – quando no conjunto destes 14 municípios foi de 27,8%.

A evolução dos resultados operacionais, dos resultados líquidos e dos saldos de gerência do município espelham fundamentalmente a quebra considerável, verificada nos últimos quatro anos, nas transferências provenientes da Administração Central e não significam qualquer sinal de uma gestão menos rigorosa. Em média o município recebeu no último mandato cerca de menos 4,5 milhões de euros de transferências do Estado por ano.

Na ânsia de chegarem ao poder em Almada muitas foram as promessas de PS e PSD, que agora no poder rapidamente procurarão esquecer.

A população do nosso concelho, em especial os trabalhadores e a população mais desfavorecida, sabe que contará sempre com a CDU e a sua intervenção crítica na defesa dos seus interesses.

Grupo Municipal da **Coligação Democrática Unitária (CDU)**
e-mail: almada@cdu.pt

Informações úteis

Próximas reuniões da Assembleia Municipal de Almada

Sessão Ordinária **ABRIL**

Data: 26, 27 e 30 de abril de 2018 **Local:** A designar.

Sessão Ordinária **JUNHO**

Data: 28 e 29 de junho de 2018 **Local:** A designar.

Sessão Ordinária **SETEMBRO**

Data: 20 e 21 de setembro de 2018 **Local:** A designar.

Sessão Ordinária **NOVEMBRO**

Data: 28, 29 e 30 de novembro de 2018 (3 reuniões) **Local:** A designar.

O local e a agenda das sessões será divulgado através de Edital Convocatória. As datas apresentadas podem ser sujeitas a alteração.

Transmissão on-line das sessões da Assembleia Municipal: É possível assistir em direto, através da Internet, às sessões da Assembleia Municipal de Almada. Aceda ao site da Assembleia Municipal www.assembleiaalmada.org, ou da Câmara Municipal de Almada www.m-almada.pt no dia das sessões.



- Nas últimas sessões da Assembleia Municipal, o PSD apresentou diversas propostas de deliberação das quais destacamos:
- Saudação ao piloto almadense Miguel Oliveira, onde enaltecemos os grandes resultados desportivos até agora obtidos.
 - Criação do Conselho Municipal da Juventude, que desde 2012 está regulamentada, mas que o executivo anterior não quis implementar.
 - Moção sobre a Hora do Planeta, que prevê que no dia 24 de Março se possam apagar as luzes durante uma hora em diversos monumentos, serviços ou até em casa, como forma de chamar a atenção para as mudanças climáticas.
 - Criação de um Plano Municipal de Estágios de Verão para estudantes e licenciados, que prevê a aquisição de competências profissionais e a experiência profissional dos envolvidos, que deverão ser selecionados por concurso e pelo período da pausa letiva, entre as 3 semanas e um mês.

Paralelamente, aprovamos a proposta de revisão do regimento da Assembleia Municipal para o mandato 2017-2021, bem como a constituição das Comissões Permanentes da Assembleia Municipal, que ficaram assim compostas pelos elementos do PSD: **Comissão nº 1 – Administração e Finanças** Maria Luís Albuquerque, Augusto Proença (Secretário) **Comissão nº 2 – Educação, Cultura, Juventude e Desporto** Sílvia Sousa, Marina Lopes **Comissão nº 3 – Ambiente e Qualidade de Vida** António Salgueiro, Marina Lopes **Comissão nº 4 – Planeamento do Território e Desenvolvimento Económico** Maria Luís Albuquerque (Presidente), António Salgueiro **Comissão nº 5 – Cidadania, Habitação e Ação Social** António Salgueiro, Sílvia Sousa **Comissão nº 6 – Segurança dos Cidadãos, Proteção Civil, Transportes e Mobilidade** Sílvia Sousa, Augusto Proença

Aprovamos ainda a regularização dos trabalhadores precários do município, bem como as Opções do Plano e Orçamento da Câmara Municipal e dos SMAS, bem como os respetivos mapas de pessoal. Participamos também na aprovação do Regulamento de Funcionamento do Corpo de Voluntários da Proteção Civil de Almada.

Grupo Municipal do **Partido Social Democrata (PSD)**

e-mail: psdalmada@gmail.com



Cerca de 20 famílias, mais de 100 pessoas, vivem em três ruas da Costa de Caparica (rua Catarina Eufémia, Rua Mestre Romualdo e rua Manuel Agro Ferreira). No final do ano passado foram informados pelo seu senhorio de que havia alguém interessado na compra do conjunto habitacional onde vivem. São, ao todo, 28 casas. Foram compradas, por 1 150 000 €, por um fundo imobiliário australiano, Acacia Point Capital Advisors. Quem ali vive foi confrontado com a situação e com a possibilidade de comprar a sua habitação. Quem ali vive não tem condições financeiras para fazer face aos valores em causa. Há jovens casais e crianças, mas há, também, muita gente já reformada e a viver de baixos rendimentos.

No dia 29 de Dezembro de 2017 ficámos a conhecer as intenções do comprador através duma notícia publicada no seu site: ali iria nascer um empreendimento turístico. Um empreendimento que, inclusivamente, não respeitaria o Plano Director Municipal.

Quem ali vive, nalguns casos, há mais 40 anos não pode continuar desprotegido e é obrigação do executivo camarário agir em defesa dos munícipes que representa.

O Bloco de Esquerda de Almada está, desde a primeira hora, a acompanhar a situação e já havíamos alertado para a probabilidade de ser este o destino daquelas casas. Não compreendemos nem aceitamos a passividade do executivo PS/PSD e da Câmara Municipal de Almada em relação a esta situação. As pessoas que ali residem sentem-se desamparadas. Muitas, já em idade de reforma, não compreendem nem sabem como agir face ao poderio económico que sabem estar a enfrentar.

Torna-se cada vez mais evidente a premência da revogação do Regime de Arrendamento Urbano, aprovado e imposto pela mão de Assunção Cristas e do CDS durante os quatro anos do governo de Passos Coelho.

Grupo Municipal do **Bloco de Esquerda (BE)**

e-mail: almadabloco@gmail.com



Durante o mês de Fevereiro o PAN apresentou quatro recomendações que passaram a deliberações da Assembleia Municipal de Almada. A 8 de Fevereiro, uma pela “Não exclusão das pessoas surdas da vida democrática dos órgãos autárquicos” e outra “Pela redução da água engarrafada”. A 27 de Fevereiro, mais duas recomendações: uma “Pela utilização de papel reciclado” e outra onde se propunha que Almada não apoiasse Circos com Animais, nomeadamente através da cedência de terrenos públicos a companhias circenses que utilizem animais. Como referimos anteriormente, todas as propostas passaram a deliberações, tendo as três primeiras sido aprovadas por unanimidade e a última pela grande maioria. O PAN votou favoravelmente o Orçamento e Grandes Opções do Planos apresentados pelo executivo uma vez que foram incluídas nos mesmos diversas medidas que constavam no programa eleitoral do PAN. No entanto demos nota de alguns pontos de discordância onde não podemos acompanhar o executivo.

Grupo Municipal do **Partido Pelos Animais e Pela Natureza (PAN)**

e-mail: almada.pan@gmail.com



Moção do CDS-PP para viabilizar o estudo de implementação em Almada do Comissariado Municipal Contra o Desperdício Alimentar aprovado por unanimidade na Assembleia Municipal

A Assembleia Municipal com a abstenção da CDU, aprovou a proposta do CDS-PP que visa a possibilidade de se estudar a implementação em Almada, do Comissariado Contra o Desperdício Alimentar. De recordar que este projecto implementado em Lisboa, é de um enorme sucesso, e ajuda de forma complementar muitas famílias necessitados em Lisboa. A criação de uma rede organizada de recolha, selecção e distribuição de alimentos excedentes entre outros, é o objectivo desde comissariado. O CDS-PP entende que é um projecto que se encaixa perfeitamente nas opções da câmara destinadas ao Social e que tem toda a viabilidade para o concelho.

Grupo Municipal do **Partido Popular (CDS/PP)**

e-mail: cds.almada@gmail.com